



Contribuições dos Estudos sobre Deficiência para atuação de psicólogos(os) na Política de Assistência Social Brasileira

Contributions of the Disability Studies for the Psychologist's performance in the Brazilian Social Assistance Policy

Gelson Panisson
Marivete Gesser
Marcela de Andrade Gomes
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Neste ensaio, apresentamos contribuições dos Estudos sobre Deficiência para a construção de práticas psicossociais voltadas à garantia dos direitos humanos na Política de Assistência Social. Ao abordar a deficiência de forma crítica, dentre as contribuições desse campo de estudo para a prática dos psicólogos, destacam-se: a) a crítica ao modelo biomédico e a desconstrução de lógicas que produzem exclusão das pessoas que divergem do padrão normativo; b) a compreensão da deficiência como uma categoria de análise, com base em uma perspectiva interseccional e política; c) a crítica ao capacitismo e seus efeitos na marginalização das pessoas desviantes do ideal de normalidade; d) a ética do cuidado e as noções de dependência e interdependência como princípios norteadores da Política de Assistência Social. Consideramos a relevância de promover práticas psicossociais voltadas a uma perspectiva contra a patologização e discriminação tanto das pessoas com deficiência quanto das demais expressões da desigualdade social.

Palavras-chave: **Estudos sobre Deficiência; Psicologia; Assistência Social**

Abstract

In this essay, we present contributions from Disability Studies to the construction of psychosocial practices aimed at guaranteeing human rights in Brazilian Social Assistance Policy. By addressing disability critically, among the contributions of this field of study to the practice of psychologists, we highlight: a) criticism of the biomedical model and the deconstruction of logics that produce exclusion of people who diverge from the normative standard; b) the understanding of disability as a category of analysis, based on an intersectional and political perspective; c) the criticism of ableism and its effects on the marginalization of people deviant from the ideal of normality; d) ethics of care and notions of dependence and interdependence as guiding principles of the Social Assistance Policy. It is considered the relevance of promoting psychosocial practices aimed at a perspective against the pathologization and discrimination of people with disabilities and with other expressions of social inequality.

Keywords: Disability Studies; Psychology; Social Assistance

Introdução

A partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005), são intensificadas ações em prol da garantia dos direitos humanos. O SUAS, por meio dos serviços de proteção social, cujos principais dispositivos são os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), tem como finalidade contribuir para a inclusão, a equidade, a promoção de direitos e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Profissionais de diversas áreas, principalmente do Serviço Social e da Psicologia, são chamados a compor equipes interdisciplinares, sendo que a família inserida no território é colocada como o principal foco das intervenções.

Inúmeros estudos apontam para o SUAS como um recente e importante dispositivo de capilarização da atuação de psicólogas(os) nas cidades brasileiras (Macedo et al., 2011; Piveta & Mansano, 2014; Silva & Cezar, 2013). A presença e a atuação da Psicologia nos serviços socioassistenciais remetem às condições que possibilitaram sua inserção na referida política pública. Desde a década de 1970, quando emergiu a Psicologia Social Crítica, discussões em torno do compromisso social da profissão suscitavam um olhar para a transformação social e o enfrentamento das desigualdades sociais e das relações de dominação, em face das questões sociais, que se traduzem em complexas problemáticas como a fome, a miséria, a violência, dentre outros fenômenos sociais (Cruz & Guareschi, 2014; Rodrigues, 2016; Sawaia & Maheirie, 2014). Alguns autores apontam que o trabalho das(os) psicólogas(os) anterior ao SUAS se dava em políticas focalizadas com públicos específicos ou em práticas vinculadas a áreas decorrentes dos problemas sociais, como por exemplo, a jurídica (Reis, Giugliani & Pasini, 2014; Yamamoto e Oliveira, 2010). Contudo, entende-se que a abertura para a participação da Psicologia no SUAS se deu ante uma possibilidade concreta de inserção no mercado de trabalho (Rodrigues, 2016).

Convém apontar que, com a inserção da psicologia nas políticas públicas, surgem dificul-

dades e desafios gerados por diversos fatores, dentre os quais há questões inerentes às próprias políticas públicas que desafiam a atuação profissional. Adriana Barbosa Ribeiro et al. (2014) e Isabel Fernandes de Oliveira et al. (2014), ao analisarem a atuação de profissionais de Psicologia na rede de proteção social do Rio Grande do Norte, identificaram limites da Política Pública de Assistência Social brasileira. Dentre as adversidades apontadas pelos autores, atenta-se para precárias condições de trabalho no que tange a ausência de transparência no uso do financiamento do SUAS, dificuldade do trabalho em rede e falta de fundamentação e capacitação.

Diante disso, um enfoque importante se refere à busca por referenciais teórico-metodológicos frente à complexidade das demandas e das questões sociais que atravessam e constituem a dimensão subjetiva. Nesse sentido, Adna Fontenele (2008), Etiane Moreira, Edi Muller e Lilian Cruz (2012) e Silvio Benelli (2013) atentam para uma atuação psicológica no campo da assistência social ainda ser marcada pelo paradigma biomédico, com práticas arraigadas no modelo tradicional e patologizante dos sujeitos. Betina Hillesheim e Lilian Cruz (2014) problematizam o risco de a prática psicológica ser uma estratégia de normalização da população pobre, operando tanto no sentido de uma lógica individualizante quanto totalizadora, no que concerne às políticas públicas como nova política de “poder pastoral” do Estado. Isabel Fernandes de Oliveira (2014) ainda indica que as(os) psicólogas(os) ocupam lugar importante como operadoras(es) da Política de Assistência Social e aponta como desafios romper com os padrões clientelistas.

Nessa seara, este ensaio tem como objetivo identificar as contribuições dos Estudos sobre Deficiência para a atuação em Psicologia na Política de Assistência Social Brasileira. Desse modo, o presente estudo busca ainda debater tais contribuições na interface com os Estudos Feministas – especialmente no que diz respeito a sua perspectiva interseccional e da premissa da diversidade como inerente à condição humana –, os quais podem incrementar fundamentos teórico-metodológicos às práticas psicossociais no SUAS. Com isso, pretende-se fomentar a construção de um saber-fazer psicossocial baseado em uma perspecti-

va interseccional e ético-política, pautada na desconstrução de lógicas discriminatórias, clientelistas e assistencialistas.

Segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (IBGE, 2011), 23,5% da população brasileira têm algum impedimento de natureza física, sensorial ou intelectual, sendo que esse número tende a aumentar em decorrência do envelhecimento da população (Diniz, 2007). Acredita-se que o diálogo com os Estudos sobre Deficiência pode contribuir para a construção de práticas voltadas às necessidades das pessoas com deficiência, uma vez que são público prioritário da política de assistência social e, ainda, contribui para que a psicologia atue de maneira consonante com as legislações brasileiras¹ em prol da garantia de direitos.

Assim, parte-se do pressuposto de que o campo dos Estudos sobre Deficiência oferece subsídios teórico-metodológicos que podem corroborar com a promoção dos direitos humanos não somente para as pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas, e de modo particular, àquelas que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. Nesse sentido, supomos que todo profissional de assistência social pode se deparar com a questão da deficiência, considerando que há possibilidade de quaisquer pessoas virem a experienciá-la em algum momento de suas vidas. Tom Shakespeare (2018) lembra que a deficiência é uma experiência que pode afetar qualquer pessoa:

Nem sempre se nasce com uma deficiência, mas você pode desenvolver uma doença ou sofrer um acidente. Mais comumente, você pode adoecer na idade avançada. Então, é uma questão de interesse próprio para que todos aprendamos um pouco mais sobre a deficiência. E, quanto mais se aprende, menos as pessoas ficam assustadas ante a possibilidade de se tornarem pessoas com deficiência (Shakespeare, 2018, p. 12, tradução nossa).

¹ Destacam-se a [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#) (Decreto nº6.949, de 25 de agosto de 2009) e o [Estatuto da Pessoa com Deficiência](#) (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015) como importantes marcos legais com a finalidade de promover, proteger e assegurar os direitos e liberdades fundamentais das pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Simi Linton (1998) caracteriza os Estudos sobre Deficiência como um campo de investigação que toma como objeto não apenas as variações que existem no comportamento humano, aparência, funcionamento, acuidade sensorial e processamento cognitivo, mas, fundamentalmente, o significado que fazemos dessas variações. Assim, “esse campo de estudo explora as divisões críticas que nossa sociedade faz ao criar o normal e o patológico, o *insider* e o *outsider*, ou o cidadão competente e o asilado pelo estado” (Linton, 1998, p. 2, tradução nossa). Além disso, os Estudos sobre Deficiência trazem uma abordagem interseccional e política sobre a deficiência (Mello & Nuernberg, 2012), a qual corrobora para a desconstrução dos padrões normativos que produzem processos de exclusão e opressão (Gesser, Nuernberg & Toneli, 2014). Também possibilitam compreender tais processos como decorrentes de uma sociedade que é organizada de modo a produzir barreiras que restringem a participação social daquelas pessoas que desviam do que é considerado normativo.

Aspectos metodológicos

Este trabalho aborda uma exposição analítica e reflexiva, com caráter exploratório, baseada em leituras acerca do campo da Política de Assistência Social brasileira e dos Estudos sobre Deficiência em interface com autoras(es) dos Estudos Feministas. Ao concatenar referências bibliográficas sobre o tema da deficiência no SUAS, optamos em recorrer a tais recortes teóricos por vislumbrarem o rompimento com padrões assistencialistas no atendimento frente às questões sociais, assim como por lançarem um olhar para as barreiras sociais e não apenas a lesão, como aspectos produtores da deficiência, presumindo a interseccionalidade e a diversidade da dimensão subjetiva.

Dentre os critérios de revisão bibliográfica, foram utilizados os seguintes substratos teóricos: a) Política Nacional de Assistência Social: pois é o campo foco da análise deste ensaio; b) Estudos sobre Deficiência: pois supera a visão biomédica e amplia o olhar para a deficiência, deslocando-a estritamente do corpo e atrelando-a à cultura, acesso a direitos e diversidade; c) Estudos feministas: por trazerem a importância do olhar interseccional (operacionalizado por meio do uso das cate-

gorias de análise – como raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, região e deficiência); por partirem da compreensão da dor como eixo central para a vida das pessoas em situação de subalternização (como as mulheres e pessoas com deficiências); e, por último, por partirem da premissa da diversidade de experiências e significações como inerentes à condição humana; c) Textos críticos da perspectiva capacitista: pois problematizam e denunciam os modelos hegemônicos normatizadores sobre os corpos produzindo relações de opressão, dominação e sofrimento ético-político.

Assim, como será mais bem desenvolvido ao longo dos tópicos apresentados neste texto, partimos do princípio que o campo dos Estudos sobre Deficiência oferece contribuições para a promoção de processos inclusivos das pessoas usuárias da assistência social. Para tanto, o primeiro tópico abordado fará uma crítica ao modelo biomédico, o qual, com base em padrões normativos produzidos pela própria psicologia, corrobora para a manutenção de espaços e práticas opressoras daquelas pessoas consideradas desviantes, por meio da manutenção de barreiras de todas as ordens, as quais operam como obstáculos à participação social das pessoas com deficiência. Em seguida, com base em uma perspectiva interseccional e política, o próximo tópico defenderá a premissa da deficiência como uma categoria de análise que, na intersecção com marcadores sociais tais como os de gênero, sexualidade, geração, classe social, raça e região, produzem a intensificação dos processos de opressão. Após, será realizada uma crítica ao capacitismo, que exclui não somente pessoas com deficiência, mas todas aquelas que de algum modo desviam do que é considerado normal. Por fim, abordaremos as possíveis contribuições dos Estudos sobre Deficiência para a construção de práticas psicossociais pautadas nas relações de cuidado, dependência e interdependência entre os seres humanos.

Estudos sobre Deficiência e a psicologia no SUAS: o necessário contraponto ao modelo biomédico da deficiência

Há diferentes modelos teóricos de compreensão da deficiência em disputa na contemporaneidade, os quais são pautados em discursos religiosos, caritativos, biomédicos e sociais. A

utilização de cada um deles vai produzir diferentes efeitos nas ações e, portanto, têm repercussões ético-políticas em cada saber-fazer.

De acordo com Anahi Guedes de Mello, Adriano Nuernberg e Pamela Block (2014), os estudos sobre deficiência surgem como contraponto ao “modelo médico da deficiência” ao propor um “modelo social da deficiência”. O modelo médico se refere ao modelo da reabilitação, da educação especial, do déficit que deve ser corrigido para se tornar “normal”, da cura, seguindo o paradigma biomédico da linha chamada *disability research*. Nesse modelo, a deficiência é vista como tragédia pessoal ou incidente isolado ou uma condição anômala que precisa ser corrigida. Já o escopo da *disability studies research* abarca o modelo social da deficiência, no qual a deficiência é compreendida como o “resultado das interações pessoais, ambientais e sociais da pessoa com seu entorno” (p. 92). Nessa perspectiva, a deficiência não se encerra no corpo, mas desloca o foco para o contexto ao apontar as barreiras sociais (Diniz, Medeiros & Skinca, 2007; Mello, Nuernberg & Block, 2014), ao mesmo tempo em que a deficiência é vista como uma faceta da diversidade humana.

Outra autora que estudou de forma aprofundada os modelos de compreensão da deficiência foi Agustina Palacios (2008). Ela aponta três grandes modelos que historicamente emergem nas pesquisas sobre deficiência: 1) modelo da prescindência, com postura eugênica, marcado pelo olhar religioso e assistencialista e atravessado por práticas de isolamento e exclusão; 2) modelo da reabilitação, o qual se refere ao modelo biomédico, com vista ao ajustamento das pessoas com deficiência às normas; 3) modelo social da deficiência que, sob influência de movimentos sociais, centra-se nas barreiras sociais e culturais e na crítica aos demais modelos. A partir de nossas experiências enquanto pesquisadoras e profissional do SUAS, notamos uma forte presença dos modelos 1 e 2 nas práticas interventivas das profissionais junto a pessoas com deficiência e seus familiares.

No que se refere ao surgimento dos Estudos sobre Deficiência no Brasil, Mello, Nuernberg e Block (2014) destacam a importância da mobilização política e a militância dos movimentos sociais. Os autores defendem a inter-

seccionalidade da deficiência como categoria de análise que também incide em diversas formas de opressão e exclusão. Com isso, a deficiência é entendida como construção social e política e deixa de ser apenas uma questão médica para ser uma questão de direitos humanos (Nussbaum, 2007).

Mello e Nuernberg (2012), buscando a interface entre os Estudos sobre Deficiência e Estudos Feministas e de Gênero, salientam a necessidade da articulação das categorias de gênero, geração, classe, raça/etnia, orientação sexual, região e religião com a categoria da deficiência na análise dos fenômenos sociais e culturais. Diniz, Medeiros e Barbosa (2010) também apontam para a importância de se compreender a deficiência sob a perspectiva social, referindo-se à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (Brasil, 2009), a qual remete a deficiência não como impedimento ou lesão, nem como um processo que se encerra no corpo, mas como processo social e cultural.

Ademais, baseados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Mello e Nuernberg (2012) conceituam deficiência como:

Produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social (Mello & Nuernberg, 2012, p. 636).

É importante destacar que ante os modelos apresentados, há uma tendência para incorporar uma abordagem interdisciplinar e de perspectiva biopsicossocial da deficiência. O próprio modelo social se desenreda em duas gerações: a primeira que denuncia a deficiência como processo de exclusão e opressão, pautando a luta pela independência e o fim das barreiras sociais; e a segunda geração que, por influência das teóricas feministas, pensa o cuidado e a corporeidade além das dicotomias e a experiência da dor como central na vida das pessoas com deficiência, trazendo a ideia da interdependência e a diversidade como condições da existência humana (Diniz, 2007).

Ao trazer presente os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [CDPD] (Decreto Lei 6.949/2009, 2009), reco-

nhecemos nesse contexto a necessidade de reafirmar o respeito às diferenças, a autonomia, a luta contra a discriminação, a inclusão na sociedade e a igualdade de oportunidades para cada pessoa. A respeito disso, entendemos que uma política de acolhida e de cuidado é de extrema relevância para a garantia dos direitos a essas pessoas que são público-alvo na assistência social, pois é condição crucial para possibilitar a promoção de tais princípios.

Deficiência como categoria de análise para a proposição de práticas psicossociais no SUAS

Um dos grandes desafios da psicologia no âmbito das práticas psicossociais desenvolvidas no campo da assistência social é o de pautá-las em uma perspectiva interseccional e política de sujeito e de subjetividade. Essa compreende que a subjetividade se constrói no contexto social, atravessada por relações assimétricas de poder e usualmente pautadas na exploração, as quais oprimem determinados grupos sociais com base em aspectos como raça, classe social, idade, escolaridade, condições funcionais, região, entre outras relações que, por meio da intersecção entre elas, podem produzir processos de exclusão/inclusão social perversa. Considerando que historicamente o campo da assistência social foi associado ao combate à pobreza por meio de processos de disciplinarização dos excluídos (Oliveira, 2014), o risco de se reduzir a compreensão dos fenômenos à essa dimensão – embora reconheçamos que não podemos negá-la como um elemento central na constituição dos mesmos – é muito premente quando se atua no campo das políticas sociais. Pondera-se que essa compreensão interseccional dos fenômenos não tem o propósito de reforçar categorizações no sentido de tipificar ou classificar identidades, mas o de ampliar o potencial analítico e político tanto no âmbito da pesquisa como também da intervenção de psicólogas(os) nas políticas públicas.

Recentemente autores das ciências humanas em geral, e da psicologia especificamente, têm defendido a incorporação da deficiência como uma categoria de análise nas pesquisas e nas práticas psicossociais. No campo das ciências humanas de modo geral, Diniz (2007),

por meio das pesquisas que vem realizando com outros pesquisadores junto à ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), foi quem inaugurou essa discussão no Brasil, trazendo os estudos internacionais sobre deficiência para o campo acadêmico e para as políticas públicas.

No campo da Psicologia, destaca-se o artigo de Marivete Gesser, Adriano Nuernberg e Maria Juracy Toneli (2012), no qual os autores propõem a compreensão da deficiência como uma categoria de análise a qual pode contribuir para ampliar a compreensão dos fenômenos sociais. O Núcleo de Estudos sobre Deficiência da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que congrega pesquisadores de diferentes campos de conhecimento, vem desenvolvendo muitos estudos com base em uma perspectiva interseccional e política de psicologia. As políticas públicas vêm ganhando um destaque cada vez maior considerando a ampla inserção de psicólogas(os) nesses espaços de atuação.

No cenário internacional, a defesa da deficiência como uma categoria de análise já vem sendo realizada há muito tempo, principalmente pelas autoras feministas que têm produzido conhecimentos neste campo. Uma das autoras de destaque é Rosemarie Garland-Thomson (2002, 2014). A autora considera a deficiência como uma categoria constituinte da identidade e destaca que a intersecção da deficiência com outras categorias como gênero, raça e classe intensifica os processos de opressão e exclusão social. Diversos autores internacionais vinculados ao campo dos Estudos sobre Deficiência têm evidenciado as múltiplas relações da deficiência com gênero, classe social, raça/etnia e geração (Davies, 2014; Johnson, 2015; Knight, 2015).

Em relação aos efeitos da intersecção entre gênero e deficiência, as pesquisas realizadas por autores como Paula Lopes (2018) e Gesser, Nuernberg e Toneli (2014), no sul do Brasil, e Bishnu Dhungana (2006), no Nepal, indicam que, em contraponto às mulheres sem deficiência, as expectativas que a sociedade tem das mulheres com impedimentos corporais muitas vezes as excluem do direito ao exercício da sexualidade, do trabalho de qualquer natureza e da maternidade. Além disso, Katherine McDonald, Christopher Keys e Fabricio Balcazar (2007) identificaram que há uma narrativa cultural de que as mulheres

com impedimentos físicos são incapazes de cumprir os papéis tradicionais de dona de casa, esposa, trabalhadora e mãe, caso elas desejem viver essas experiências.

O mito de que pessoas com deficiência são assexuadas também tem sido amplamente identificado nos estudos internacionais (Gill, 2015; Tepper, 2000). Esse, que tem se evidenciado como mais presente em pessoas com deficiência intelectual, associado a práticas eugênicas pautadas na prevenção do nascimento de pessoas com deficiência, tem corroborado para a esterilização de muitas pessoas com deficiência (Gill, 2015; Palacios, 2008).

Dados apresentados no Relatório Mundial sobre a Deficiência (Organização Mundial de Saúde, 2012) apontaram a existência de uma relação entre deficiência e classe social. Muitas pessoas com deficiência vivem na pobreza, e essa condição tende a contribuir para intensificar a experiência da deficiência como opressiva, à medida que obstaculiza o acesso a recursos de acessibilidade e à participação social. Outro autor que aponta para essa relação entre pobreza e deficiência é Colin Barnes (2009), destacando que as enfermidades agudas e crônicas e as condições de deficiências estão relacionadas com a pobreza. Um dado apontado pelo autor é o de que o acesso à escolarização formal é menor para as crianças com deficiência, o que dificulta o acesso a trabalhos remunerados na vida adulta que, nas sociedades modernas em geral, vêm sendo o critério mais importante para classificar as pessoas em termos de classe, *status* e poder. Diante do exposto, apostamos no modelo social de deficiência e na crítica à perspectiva capacitista para a proposição de práticas psicossociais coerentes com a proposta da PNAS.

A crítica ao capacitismo como ferramenta teórica para a atuação psicológica no SUAS

As políticas públicas de assistência social como cenário de atuação para a psicologia exigem perspectivas ético-políticas que valorizem o respeito às diversidades e a não-discriminação das pessoas usuárias – tais posturas são consideradas fundamentais para uma política de cuidado e de promoção de direitos (Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, 2005). Os Estudos sobre Deficiência, ao discutirem os processos discriminatórios vivenciados pelas pessoas com deficiência, contribuem com fundamentos teórico-metodológicos acerca dos processos de exclusão que atingem estes grupos que sofrem de forma intensa por estarem atravessados por duas categorias de análise que geram dor e exclusão: a deficiência e a pobreza. Um dos termos que ajuda a pensar tais processos é o conceito de capacitismo, visto como uma forma de opressão e preconceito em função da (in)adequação dos corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional que impera sobre a vida de todas as pessoas que diferem desse ideal, embora mais fortemente para as pessoas com deficiência (Wolbring, 2008).

Anahi Guedes de Mello (2016) aponta que o capacitismo condiz a um “tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser e fazer” (p. 3267). Conforme a autora, o conceito de capacitismo é um recurso analítico e discursivo que evidencia qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência; remete a “supostas capacidades das pessoas sem deficiência como referência para mostrar as supostas limitações das pessoas com deficiência” (p. 3267), gerando de forma perversa um ideal de corpo e de sujeito no qual as pessoas com deficiência estão impedidas de acessarem, ocupando, dessa maneira, lugares deslegitimados e rejeitados no tecido social.

Mello (2016) sugere o termo capacitismo para definir o processo de discriminação vivenciado pelas pessoas com deficiência com base em um ideal normativo de capacidade. Ela propõe isso com base na crítica que Debora Diniz e Wederson Santos (2010) fizeram ao apontarem a existência de categorias para descrever as formas perversas de opressão pelo corpo – por exemplo, sexismo como discriminação por sexo; homofobia, pela orientação sexual; racismo, pela cor da pele ou etnia – e a inexistência de uma categoria para abordar o preconceito por condição de deficiência. Ademais, Mello (2016) destaca que o conceito de capacitismo alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza determinados corpos, considerados como inferiores, incom-

pletos ou passíveis de reparação/reabilitação em função da corponormatividade.

Capacitismo advém da tradução de *ableism* na língua inglesa. Tal termo foi assinalado por Gregor Wolbring (2008, 2012), a partir do significado de *handicapism* – na interpretação literal, traduzido como deficientismo, cunhado por Bogdan e Biklen (1977, p. 17) como “um conjunto de pressupostos e práticas que promovem tratamento diferenciado e desigual das pessoas por causa de diferenças físicas, mentais ou comportamentais aparentes ou assumidas” (tradução nossa). Ambos os termos *ableism* e *handicapism* destacam o tratamento negativo que as pessoas com deficiência experimentam, rotuladas como debilitadas ou incapazes.

Para Wolbring (2008), há diferentes formas de capacitismo. Quando se exclui alguém baseado nas habilidades humanas normativas, trata-se de um capacitismo baseado no modelo médico da deficiência, o qual rejeita a noção de variação humana (modelo social). Outra forma de capacitismo é a baseada no sexismo, o qual desqualifica as mulheres para justificar a dominação masculina. O racismo também é entendido como uma forma de capacitismo. Para elucidar essa afirmação, Wolbring cita o livro *The Bell Curve* que promoveu o racismo julgando que certos grupos étnicos são cognitivamente menos capazes do que outros. A desvalorização cultural dos costumes da população pobre e negra também é um exemplo desse processo de discriminação (Gabel & Connor, 2009).

Wolbring (2008) destaca que atualmente está ocorrendo a transumanização do capacitismo. O autor destaca que até recentemente as pessoas sem deficiência eram aquelas que apresentavam um funcionamento dentro de parâmetros aceitáveis/típicos. Contudo, hoje, partindo-se do pressuposto de que os corpos são limitados, as tecnologias estão sendo utilizadas para transformá-los. Um exemplo disso é o processo de medicalização da vida, no qual muitas pessoas vêm utilizando diversas drogas para aumentar a performance nos estudos, no trabalho e até mesmo na vida sexual. Além disso, pessoas que têm acesso a computador e internet conseguem acessar ao conhecimento com maior facilidade do que as demais. As reflexões de Wolbring (2008) apontam que a transumanização do capacitismo é produtora de desigualdades. Assim,

considerando que pessoas mais ricas têm mais acesso às tecnologias voltadas ao aumento das capacidades, a transumanização do corpo contribui para a produção das pessoas pobres e sem acesso a recursos como desviantes.

Ademais, baseado no pensamento de Judith Butler (2015), considera-se que a transumanização das capacidades pode contribuir com a desumanização de determinados grupos sociais. Isso porque, com base em um enquadramento pautado em normas capacitistas, há a transformação de determinados grupos que não têm acesso às tecnologias para a ampliação das capacidades, em menos humanos, diminuindo a possibilidade de alteridade e de justiça social.

Assim sendo, o conceito de capacitismo contribui para repensar a atuação da psicologia na política de assistência social. Com base nessas reflexões cunhadas por Wolbring (2008), pondera-se que contextos de extrema pobreza são atravessados pelos marcadores sociais das desigualdades que podem aumentar as condições que marginalizam pessoas com e sem deficiência.

Compreendemos que a lógica assistencialista e o olhar que naturaliza a pobreza, o qual absolutiza o sujeito no determinismo social, também assume uma forma de capacitismo como um modo de opressão, inferiorização e exclusão das pessoas que estão em situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Também se faz necessário contestar as posturas que visam a reparação/reabilitação das pessoas com deficiência sem questionar os padrões hegemônicos corporais/funcionais que hierarquizam as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade (Mello, 2016). Além disso, é fundamental questionar a lógica capitalista que estrutura e perpetua as relações de desigualdade social, lógica esta bastante presente no cotidiano dos serviços vinculados ao SUAS.

Em torno dessa reflexão sobre capacitismo, ressaltamos a importância da atuação dos profissionais produzirem práticas disruptoras de enquadramentos produtores de discriminação, naturalização, culpabilização e individualização das questões sociais. A partir da aposta no modelo social da deficiência e na crítica à perspectiva capacitista, no próximo tópico serão apresentados pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos sobre Deficiên-

cia que poderão contribuir para a construção de práticas psicossociais pautadas nas relações de cuidado, dependência e interdependência entre os seres humanos, os quais são fundamentais para romper com a lógica capacitista que instaura relações de dominação e opressão.

Cuidado e interdependência: a psicologia no SUAS inspirada na luta pela dignidade humana e no combate às injustiças sociais

Considerando que o público-alvo da Política de Assistência Social, em decorrência das inúmeras violações de direitos sofridas, é caracterizado como o de pessoas em situação de vulnerabilidade social, entendemos que as práticas voltadas a essa população precisam transcender a racionalidade instrumental utilitarista e adotar uma perspectiva pautada no cuidado, na interdependência entre os sujeitos e na potencialização das pessoas usuárias.

Isso pode ser destacado também a partir do pensamento de Butler (2015). Essa autora destaca o quanto somos todos seres precários e vulneráveis, sendo que dependemos de muitos outros para sobreviver. Além disso, aponta para a importância de questionarmos os enquadramentos que têm como efeito tornar pessoas mais ou menos inteligíveis, portanto, mais ou menos humanas. Se somos todos seres precários, precisamos tanto problematizar os enquadramentos como também questionar a noção de independência e pautar nossas práticas baseadas no princípio da interdependência (Butler, 2015).

Eva Kittay (2015), pensadora dos Estudos sobre Deficiência, traz a noção de interdependência como um valor humano. Para ela, a dependência do outro é parte da condição humana e a garantia do cuidado é um direito fundamental para a manutenção da vida e a conquista da dignidade humana. Assim, a autora propõe uma ética do cuidado que inclui dependência como condição humana (Gesser & Nuernberg, 2017; Kittay, 2015; Mello & Nuernberg, 2012). Dessa forma, reconhece-se que somos seres precários e que nossa sobrevivência depende dos outros (Butler, 2015; Garland-Thomson, 2014; Kittay, 2015), visto que a ideia de ser independente socialmente é um mito (Kittay, 2011). Desse modo, são os vínculos de dependência que estruturam as

relações humanas fazendo com que todos nós sejamos interdependentes, sendo a inclusão social indispensável para o desenvolvimento de cada pessoa.

Elma Zoboli (2004) aponta que a ética do cuidado tem desempenhado um papel de contracultura, quando confronta e desafia os sistemas de pensamento racionalistas, abstratos, impessoais e detentores de abrangente ascendência social, ética, política e religiosa. Segundo a autora, “cuidar é mais que um ato singular; é modo de ser, a forma como a pessoa se estrutura e se realiza no mundo com os outros” (Zoboli, 2004, p. 22). Ilze Zirbel (2016), ao discutir uma teoria político-feminista, afirma que a ética do cuidado apresenta um conjunto de elementos capaz de atingir significativa e simultaneamente o sistema discriminatório, opressivo e injusto de poder dos homens em relação às mulheres, quando verifica a invisibilidade e à desvalorização das atividades e dos agentes do cuidado. Com base em Kittay (2011), a autora Zirbel (2016) afirma que o cuidado precisa ser político. A autora desenvolve o argumento destacando a necessidade de o cuidado deixar de ser concebido como uma prática desenvolvida exclusivamente por mulheres e no âmbito privado, defendendo a premissa de que o Estado deve estruturar práticas de cuidado no âmbito público. Além disso, o rompimento das práticas de cuidado como vinculadas ao âmbito privado pode gerar como efeito a valorização de todos os profissionais que o implementam. Dessa forma, o cuidado poderá ter um potencial transformador, capaz de desestabilizar o sistema de gênero, deslocando o ato de cuidar das mulheres e do espaço privado, configurando um caráter político a este, na medida em que passa a ser um ato a ser desenvolvido por todos e, também, realizado na esfera pública.

Kittay (2011) chama atenção para o fato de que uma ética do cuidado não é regida por voluntarismo – considerado aqui como um posicionamento onde atitudes proposicionais são adotadas de acordo com a própria vontade. Tal termo está associado ao histórico modelo caritativo assistencialista, o qual permeia as práticas em assistência social (Rodrigues, 2016; Yazbek, 2012). Considera-se que quem cuida precisa ser instrumentalizado, sendo que o mesmo se dá através da articulação de uma rede de serviços. Além disso, é funda-

mental o exercício de um cuidado que não despreze a autonomia da pessoa cuidada, mas que seja resguardado o poder de decisão de cada sujeito (Mello, 2016).

Nesse sentido, Soraia Ansara e Bruna Dantas (2010) revelam as contradições existentes nas práticas sociais comunitárias, as quais visam o compromisso social com as classes mais pobres e excluídas, porém as exigências dos planos e programas das políticas públicas muitas vezes impõem sérios limites aos processos de fortalecimento e autonomia dos sujeitos. Esses limites frequentemente mantêm as posições de resignação com a condição de vulnerabilidade na qual o sujeito se encontra, acentuando uma “relação clientelista e paternalista que permeia as iniciativas do poder público” (Ansara & Dantas, 2010, p. 100). As autoras mencionam a discussão feita por Martín-Baró a partir do conceito de fatalismo, fenômeno considerado como o responsável pela resignação e desmobilização das maiorias populares. O fatalismo se caracteriza como um “esquema ideológico, que se origina nas estruturas sociopolíticas e se enraíza psicologicamente, garantindo desse modo a reprodução da dominação social e a manutenção da ordem estabelecida” (Ansara & Dantas, 2010, p. 97). Nesses esquemas ideológicos, as camadas marginalizadas seriam consideradas as responsáveis por sua exclusão por adotarem condutas passivas e submissas.

O pressuposto da interdependência e a ética do cuidado contribuem para a construção de uma atuação em psicologia no contexto da assistência social na qual, particularmente, o empobrecimento e a desigualdade social são formas de exclusão coletiva e historicamente produzidas e geram sofrimento ético-político (Sawaia, 2009). Assim sendo, uma ética do cuidado torna-se irrefutável para a atuação em Psicologia nas políticas públicas de assistência social, pois o acesso ao cuidado como aspecto transversal nas demandas relacionadas a saúde, educação, habitação, segurança alimentar, etc. é uma questão de justiça social e de direitos humanos. Reafirmamos, nesse contexto, a necessidade de uma ética do cuidado na promoção dos direitos humanos (Morris, 2001), evocando a interdependência como princípio norteador para uma política de cuidado.

Considerações Finais

Diante do exposto, ressaltamos a importância de realizar debates teóricos e metodológicos sobre o trabalho psicossocial realizado no SUAS, especialmente no que tange as contribuições teórico-metodológicas do campo dos Estudos sobre Deficiência, por ser um tema pouco citado nas publicações acadêmicas. Presumimos que os profissionais se constituem atravessados por discursos morais e biomédicos acerca da deficiência e da pobreza, bem como, com base nas nossas análises como pesquisadoras e profissional do campo, conjecturamos que suas concepções sobre os temas contribuem para a construção das próprias práticas. Diante disso, consideramos a relevância de reforçar práticas psicossociais voltadas a uma perspectiva contra a patologização e discriminação tanto das pessoas com deficiência, quanto das expressões da desigualdade social. Entendemos que defender essa perspectiva é um ato ético-político, voltado à garantia dos direitos humanos.

Desta feita, este foi o objetivo deste ensaio: contribuir através dos Estudos sobre Deficiência para a atuação em psicologia no atendimento socioassistencial, a fim de fomentar práticas psicossociais baseadas em uma perspectiva ético-política, pautada na desconstrução de práticas discriminatórias, clientelistas e assistencialistas. Reiteramos que os Estudos sobre Deficiência têm potencial para contribuir com as práticas na assistência social, por meio de uma abordagem interseccional e política, que concebe a deficiência não como diferença, mas pela igualdade de acesso a direitos, na medida em que aposta na eliminação das muitas barreiras sociais que limitam a inclusão social daquelas pessoas que desviam do ideal normativo de sujeito. Entendemos que é possível dispor desses pressupostos no atendimento psicossocial não só junto às pessoas com deficiência, mas com todo o público usuário dos serviços de assistência social.

Destacamos as contribuições que a perspectiva da interseccionalidade, desenvolvida pelos estudos feministas, traz para considerar a deficiência como uma categoria de análise fundamental para a compreensão dos modos de relação, enquadramento, normatização e sofrimento produzidos em grupos que se encontram à margem do ideal de sujeito normativo. Assim, ressaltamos a importância de conside-

rar a deficiência como uma categoria de análise que atravessa e constitui a subjetividade de todas as pessoas, bem como a intersecção dela com os marcadores sociais classe social, gênero, etnia/raça, orientação sexual, geração, entre outros que constituem os processos de subjetivação.

Compreendemos os Estudos sobre Deficiência como um campo que oferece importantes contribuições para auxiliar na discussão e no enfrentamento de processos de exclusão, sendo que o conceito de capacitismo ajuda a pensar tais processos. Torna-se relevante olhar com atenção o campo da assistência social, no intuito de problematizar saberes e práticas capacitistas, os quais podem reforçar relações de poder e hierarquias historicamente construídas bem como deslegitimar resistências e formas outras de existência. Apostamos que é fundamental as(os) profissionais estarem atentos aos jogos ideológicos e perversos produzidos pela perspectiva capacitista, perpetuando a lógica da individualização, naturalização e culpabilização das injustiças sociais.

Salientamos também a contribuição dos Estudos sobre Deficiência na construção de práticas psicossociais pautadas nas relações de cuidado, dependência e interdependência. Tais pressupostos contribuem para a construção de uma atuação em psicologia no contexto da assistência social na qual, particularmente, o empobrecimento – na intersecção com os demais marcadores sociais das diferenças – produz processos de exclusão/inclusão social perversa e sofrimento ético-político, conforme já apontou Sawaia (1999). Delineamos a ética do cuidado e a interdependência como aspectos norteadores para pensar as práticas psicossociais, a fim de serem acolhedoras, humanizadas, potencializadoras e resistentes a modos normatizados, culpabilizadores e excludentes, colaborando na construção do SUAS como um lugar de cuidado, lutas e resistências.

Por fim, enalteçemos a importância da mobilização política na atuação em políticas públicas, pois a participação social é corolário nos contextos de controle social para a garantia de direitos humanos e dignidade. Os Estudos sobre Deficiência também contribuem para pensar a importância do ativismo, visto que os movimentos sociais tiveram papel central nas principais mudanças conceituais sobre de-

ficiência. O próprio lema “Nada sobre nós sem nós” evoca para a relevância de trazer presente a própria pessoa usuária do serviço, de modo a escutá-la e compreender suas motivações, anseios e expectativas. Verifica-se, assim, a necessidade de fomentar a participação dos (as) usuários (as) na construção da política socioassistencial e das práticas psicossociais, tendo em vista que são considerados o público-alvo da referida política pública, sendo então, notoriamente, a quem se deve atentar de forma eminente.

Referências

- Ansara, Soraia & Dantas, Bruna Suruagy do Amaral (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Barnes, Colin (2009). Un chiste “malo”: ¿rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedad que discapacita? In Patricia Brogna (Org.), *Visiones e revisiones de la discapacidad* (pp. 101-122). México D. F.: FCE.
- Benelli, Silvio José (2013). Aparentamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12(2), 1-30.
- Bogdan, Robert & Biklen, Douglas (1977). Handicapism. *Soc. Pol.*, 7, 14-19.
- Butler, Judith (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cruz, Lílian Rodrigues da & Guareschi, Neuza (2014). Articulações entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social. In Lílian Rodrigues Cruz & Neuza Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2ª ed., pp.15-34). Petrópolis: Vozes.
- Davies, Helen (2014). Uncomfortable connections? conjoined sisterhood in contemporary women's writing [Versão Eletrônica]. *Contemporary women's writing*, 8(3), 409 -427.
- Decreto Lei nº 6.949/2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, (26.08.2009), 3.
- Diniz, Debora (2007). *O que é deficiência* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.
- Diniz, Debora; Medeiros, Marcelo & Barbosa, Lívia (2010). *Deficiência e Igualdade*. Brasília: Letras livres.
- Diniz, Debora; Medeiros, Marcelo & Skinca, Flávia (2007). Reflexões sobre a versão em português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(10), 2507-2510.
- Diniz, Debora & Santos, Wederson (2010). Deficiência e Direitos Humanos: desafios e respostas à discriminação. In Debora Diniz & Wederson Santos (Orgs.), *Deficiência e Discriminação* (pp. 9-10) Brasília: Letras Livres, EdUnB.
- Dhungana, Bishnu Maya (2006). The lives of disabled women in Nepal: vulnerability without support. *Disability & Society*, 2(2), 133-146.
- Fontenele, Adna Fabíola Guimarães Teixeira (2008). *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social - SUAS: Estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social CRAS's*. Dissertação de Mestrado inédita. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Gabel, Susan & Connor, David J. (2009). Theorizing disability: Implication and applications for social justice in education. In William Ayers, Therese Quinn & David Stovall, D (Eds.), *The handbook for social justice in education* (pp. 377-399). New York: Routledge.
- Garland-Thomson, Rosemarie (2002). Integrating disability, transforming feminist theory. *NWSA Journal*, 14(3), 1-32.
- Garland-Thomson, Rosemarie (2014). A Habitable World: Harriet McBryde Johnson's "Case for My Life". *Hypatia*, 30(1), 300-306. <https://doi.org/10.1111/hypa.12132>
- Gesser, Marivete & Nuernberg, Adriano Henrique (2017). A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. *Educação em Revista, spe.3*, 151-166.
- Gesser, Marivete; Nuernberg, Adriano Henrique & Toneli, Maria Juracy Filgueiras (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557-566.
- Gesser, Marivete; Nuernberg, Adriano Henrique & Toneli, Maria Juracy Filgueiras (2014). Gender, sexuality, and experience of disability in women in Southern Brazil. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 417-432.
- Gill, Michael (2015). *Already doing it: Intellectual Disability and Sexual Agency*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Hillesheim, Betina & Cruz, Lílian Rodrigues da (2014). Do território às políticas públicas: governo, práticas psicológicas e busca ativa no Cras. In Lílian Rodrigues da Cruz & Neuza Gua-

- reschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2ª ed., pp.91-105). Petrópolis: Vozes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). *Censo Demográfico: Resultados Preliminares da Amostra*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm
- Johnson, Merri Lisa (2015). Bad Romance: a crisp feminist critique of queer failure. *Hypatia*, 30(1), 251 -267.
- Kittay, Eva Feder (2011). The ethics of care, dependence, and disability. *Ratio Juris*, 24(1), 49-58.
- Kittay, Eva Feder (2015). Centering Justice on Dependency and Recovering Freedom [Versão Eletrônica]. *Hypatia*, 30(1), 285-291. <https://doi.org/10.1111/hypa.12131>
- Knight, Amber (2015). Democratizing disability: achieving inclusion (without assimilation) through “participatory parity” *Hypatia*, 30(1), 97-114.
- Linton, Simi (1998). *Claiming disability: Knowledge and identity*. New York: New York University Press.
- Lopes, Paula Helena (2018). “Eu posso ser mãe, sim”: processos de significação acerca da gestação e da maternidade de mulheres com deficiência. Dissertação de Mestrado inédita, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Macedo, João Paulo; Sousa, Adrielly Pereira de; Carvalho, Davi Magalhães de; Magalhães, Mayara Alvez; Sousa, Francisca Maira Silva de & Dimenstein, Magda (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, 16(3), 479-489.
- McDonald, Katherine E.; Keys, Christopher B. & Balcazar, Fabricio E. (2007). Disability, race/ethnicity and gender: Themes of cultural oppression, acts of individual resistance. *American Journal Community Psychology*, 39, 145-161.
- Mello, Anahi Guedes de (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência e Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276.
- Mello, Anahi Guedes de & Nuernberg, Adriano Henrique (2012). Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 635-655. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>
- Mello, Anahi Guedes de; Nuernberg, Adriano Henrique & Block, Pamela (2014). Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. In Edina Schimanski & Fátima Gonçalves Cavalcante (Orgs.), *Pesquisa e Extensão: Experiências e Perspectivas Interdisciplinares* (pp.91-118). Ponta Grossa: Editora da UEPG.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005). *Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004*. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Moreira, Etiane Pereira; Muller, Edi Lurdes & Cruz, Lílian Rodrigues da (2012). Centro de Referência Especializado da Assistência Social: Pesquisa-intervenção na rede de proteção à infância e adolescência. *Barbarói*, 36, 70-82.
- Morris, Jenny (2001). Impairment and Disability: Constructing an Ethics of Care That Promotes Human Rights. *Hypatia*, 16(4), 1-16. <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2001.tb00750.x>
- Nussbaum, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia*. Madrid: Paidós.
- Oliveira, Isabel Fernandes de (2014). Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In Lílian Rodrigues Cruz & Neuza Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2ª ed., pp.35-51). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, Isabel Fernandes de; Oliveira, Nívia Lúcia de Andrade; Nascimento, Marília Noronha Costa do; Araújo, Rafaella Lopes; Coelho-Lima, Fellipe; & Amorim, Keyla Mafalda de Oliveira (2014). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 2(26), 103-112.
- Organização Mundial de Saúde (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. São Paulo: SEDPCd.
- Palacios, Agustina (2008). A Plasmación del modelo social en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. In *El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*. Madrid: Cermi Ediciones Cinca.
- Piveta, Ruth Tainá Aparecida & Mansano, Sonia Regina Vargas (2014). O fazer como potência: atuação da psicologia no sistema único de assistência social. *Revista de Psicologia da UNESP*, 13(2), 14-25.
- Reis, Carolina dos; Giugliani, Sílvia & Pasini, Vera Lúcia (2014). Conversando sobre a psicologia e o SUAS: potencialidades e desafios para a atuação profissional dos psicólogos na política de assistência social. In Lílian Rodrigues Cruz & Neuza Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2.ed., pp.149-166). Petrópolis: Vozes.

- Ribeiro, Adriana Barbosa; Paiva, Ilana Lemos de; Seixas, Pablo de Sousa & Oliveira, Isabel Maria Farias Fernandes de (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 461-478.
- Rodrigues, Adriana (2016). *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível?* Tese de Doutorado inédita. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Sawaia, Bader Burihan (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In Sawaia Bader Burihan (Org.), *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade* (pp.97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, Bader Burihan (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, Bader Burihan & Maheirie, Kátia (2014). A Psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe. 2), 1-3.
- Shakespeare, Tom (2018). *Disability, the basics*. New York: Routledge.
- Silva, Rafael Bianchi & Cezar, Patrícia Cristiane Nogueira (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 80-98.
- Tepper, Mitchell (2000). Sexuality and disability: the missing discourse of pleasure. *Sexuality and Disability*, 18(4), 283-290.
- Wolbring, Gregor (2008). The Politics of Ableism. *Development*, 51(2), 252-258.
- Wolbring, Gregor (2012). Expanding Ableism: Taking down the Ghettoization of Impact of Disability Studies Scholars. *Societies*, 2, 75-83.
- Yamamoto, Oswaldo Hajime & Oliveira, Isabel Fernandes de (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24.
- Yazbek, Maria Carmelita (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, 288-322. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>
- Zirbel, Ilze (2016). *Uma teoria político-feminista do cuidado*. Tese de Doutorado inédita, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Recuperado de <http://www.bu.ufsc.br/teses/PFIL0257-T.pdf>
- Zoboli, Elma Lourdes Campos Pavone (2004). A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 38(1), 21-27.



GELSON PANISSON

Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, São José, Santa Catarina, Brasil.

MARIVETE GESSER

Doutora em Psicologia, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

MARCELA DE ANDRADE GOMES

Doutora em Psicologia, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

DIRECCIÓN DE CONTACTO

gpanisson@gmail.com; mariveteg@gmail.com; marceladeandradegomes@gmail.com

FORMATO DE CITACIÓN

Panisson, Gelson; Gesser, Marivete & Gomes, Marcela de Andrade (2018). Contribuições dos Estudos sobre Deficiência para atuação de psicólogas(os) na Política de Assistência Social Brasileira. *Quaderns de Psicologia*, 20(3), 221-234. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1458>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 26/05/2018
1ª Revisión: 22/10/2018
Aceptado: 06/11/2018